



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Relatório de Atividades

4º trimestre de 2021



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
GOVERNANÇA DO TCEES	4
Visão Geral Organizacional	4
Planejamento Estratégico	5
Projetos Prioritários	5
UNIDADES DE APOIO À GOVERNANÇA DO TCEES	8
Corregedoria	8
Controle Interno	8
INFORMAÇÕES PARA A SOCIEDADE	10
Ouvidoria	10
Comunicação	11
Montante de Multas e Ressarcimentos Recolhidos	13
CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO	14
Gestão de Pessoas	14
Gestão Educacional	15
Gestão Orçamentária e Financeira	16
Gestão Documental	18
Gestão da Tecnologia	18
AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO	22
Saúde	22
Educação	24
Fiscalização de Contratos	24
Pessoal	25
Meio Ambiente e Saneamento	25
Obras Públicas	26
Precatórios do Estado	26
Parcerias interinstitucionais	27
ATOS DO PLENÁRIO E DAS CÂMARAS	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
ANEXO ÚNICO	32



INTRODUÇÃO

No 4º trimestre de 2021, em atendimento a sua função fiscalizadora e orientadora, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) continuou atuando tempestivamente nas fiscalizações sobre as ações de prevenção à Covid-19, além de ter executado outras importantes iniciativas, alcançando resultados positivos ao longo do período observado.

Em cumprimento ao disposto nos artigos 2º, IX e 169, §§ 1º e 2º da Resolução TC Nº 261, de 4 de junho de 2013 – Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (RITCEES) e no art. 71, § 4º da Constituição Estadual, esta Corte de Contas elabora, trimestralmente e anualmente, o documento denominado Relatório de Atividades que é encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

O RITCEES, em seu artigo 169, §2º, traz que os relatórios de atividades conterão, além de outros elementos, as atividades específicas no tocante ao julgamento e apreciação contas e de processos de fiscalização a cargo do Tribunal.

Conforme o artigo 48, IV, K do RITCEES, compete à Assessoria de Governança (Asgov), unidade de assessoramento da Presidência, a elaboração do relatório que contempla informações de destaque que foram prestadas por diversas unidades do TCEES.



GOVERNANÇA DO TCEES

Visão Geral Organizacional

O TCEES foi criado por meio da Lei nº 1.287, de 24 de setembro de 1957, e tem como missão gerar benefícios para a sociedade por meio do controle externo e do aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

É seu dever auxiliar a Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições estão fixadas no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621, de 8 de março de 2012. Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), traz as competências do Tribunal em fiscalizar o atendimento às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, atualmente, o TCEES compõe-se de sete conselheiros, dois conselheiros substitutos, três procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo. O organograma institucional é apresentado no Anexo Único deste Relatório, a fim de promover uma melhor ilustração da sua estrutura organizacional.



Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico é uma moderna técnica gerencial que contribui para o alcance dos resultados almejados, mediante orientações concisas, evidentes, coerentes e harmoniosas que contempla os objetivos a serem perseguidos por toda a organização.

Devido às circunstâncias provocadas pela pandemia (COVID-19), o Plano Estratégico do Tribunal de Contas do Estado do Espírito, que estabelece a estratégia e direciona o comportamento e o desempenho institucional, é uma readequação e extensão do Plano Estratégico 2016-2020 para o ano de 2021. Assim, com as prioridades para o ano de 2021 definidas, houve a necessidade de realizar o monitoramento periódico das ações realizadas, no intuito de verificar o alinhamento e o avanço das atividades em relação ao alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos.

Na readequação e extensão do Plano Estratégico 2016-2020 para o ano de 2021 foram previstos 13 indicadores e metas relacionados a 8 objetivos estratégicos. Após a realização do monitoramento das ações propostas para 2021 deste documento, observou-se que as iniciativas para 10 indicadores foram realizadas neste ano.

Projetos Prioritários

Projeto é um conjunto de atividades temporárias, realizadas em grupo, destinadas a produzir um produto, serviço ou resultado. Ele facilita o atendimento a demandas específicas que comportem grande esforço de planejamento e coordenação, e que devem gerar resultados dentro de um prazo estabelecido.

A instituição da metodologia de gestão de projetos no âmbito do TCEES encontra-se regulamentada pela Resolução TC nº 351/2021, que estabelece os critérios para constituição e gestão de projetos prioritários. Em conformidade com esta Resolução, os projetos prioritários devem apresentar vínculo com um ou mais objetivos estratégicos previstos no Plano Estratégico do TCEES.

Assim, os projetos prioritários de 2021 guardam vínculo com o Plano Estratégico, e foram concebidos, dentre outros motivos, visando o desenvolvimento de soluções que



resultaram na melhoria de gestão no âmbito interno do Tribunal, na melhoria de resultados e na prevenção de danos à gestão de recursos e de patrimônio públicos.

A Assessoria de Governança (Asgov) é a unidade responsável pela coordenação do processo de formulação do planejamento estratégico e também pelo monitoramento das etapas e das entregas dos produtos pactuados, visando ao desenvolvimento das ações internas da Corte, e especialmente, das ações voltadas para o aprimoramento do controle externo.

Em dezembro de 2021 quase todos projetos prioritários haviam sido concluídos, tendo alcançado seus escopos planejados inicialmente. Algumas poucas exceções, como o projeto Plano Estratégico do TCEES tem entregas previstas para o primeiro semestre de 2022.

Neste trimestre, foi realizada a priorização dos projetos para o ano de 2022. Foram eleitos 16 projetos, sendo que 11 deles (79%) envolvem recursos de Tecnologia da Informação necessários à sua execução, são eles:

Quadro 1 – Projetos prioritários para 2022

	Unidade Patrocinadora	Projeto
1	Asgov	Painel Governança
2	Segafi	Processo de Gestão Administrativa (2022)
3	Escola de Contas Públicas	Implementação da avaliação de desempenho com foco em competências
4	Ouvidoria	Semear Cidadania (2022)
5	Segex	CidadES – Contas (2022)
6	Segex	Painel de Controle (2022)
7	Segex	Parecer Prévio Reconhecido e Transparente (2022)
8	Segex	CidadES – Folha de Pagamento (2022)
9	Segex	CidadES - Contratação (2022)
10	Segex	CidadES - Atos de Pessoal (2022)



11	Segex	Sistema de fiscalização (2022)
12	Segex	Padronização e gestão de achados
13	Segex	Ambiente de Análise de Contas
14	Segex	Instrução Assistida - e-tcees
15	Segex	Seleção de denúncias e representações para processamento
16	Segex	CidadES - Relatórios para ações de controle

Projetos que envolvem recursos de Tecnologia da Informação do TCEES

Fonte: Asgov



UNIDADES DE APOIO À GOVERNANÇA DO TCEES

Corregedoria

A Corregedoria do TCEES foi criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, e tem como Corregedor, no biênio 2020-2021, o Conselheiro Rodrigo Coelho do Carmo. A unidade tem por competência aperfeiçoar as ações de controle externo, visando a melhoria do desempenho do órgão; e desenvolver atividades disciplinares com vistas à prevenção e apuração de condutas de membros e servidores.

Dentre as atividades executadas pela Corregedoria no trimestre, destaca-se o monitoramento dos prazos processuais dos processos de controle externo e a elaboração do Boletim 02/2021 do Observatório de Desempenho Institucional (ODI). O controle processual exercido pela unidade concretizou-se em diversas reuniões, visando conhecer os trâmites de forma a auxiliar os setores acerca do cumprimento dos prazos do Tribunal.

No trimestre, houve a apresentação aos membros do TCE/AP dos sistemas e produtos da Corregedoria do TCEES e, virtualmente, houve a apresentação destes trabalhos à Corregedoria do TCE/MG.

Controle Interno

O Núcleo de Controle Interno (NCI) compõe a estrutura organizacional do TCEES, nos termos do artigo 45, inciso III, alínea “a”, do RITCEES. Integra o Sistema de Controle Interno do Tribunal, sendo responsável pela supervisão das normas de controle relativas ao referido sistema, conforme dispõe o artigo 4º da Resolução TC nº 223, de 16 de dezembro de 2010, combinado com o quadro de unidades responsáveis disposto no Anexo I da Portaria Normativa nº 103, de 24 de setembro de 2020.

No último trimestre, foi realizada a análise e manifestação para subsidiar a elaboração de Norma Interna de Procedimentos (NIP) que estabelece rotinas de controle quanto ao pagamento de servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, quando de sua aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS).



Foi realizada também a análise, interlocução com as unidades interessadas e elaboração da proposta de Norma Interna de Procedimentos SCA-001/2021, versão 002, que dispõe sobre os procedimentos referentes à deflagração, celebração, controle e prestação de contas de convênios, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos congêneres no âmbito do TCEES.

Neste 4º trimestre, foi realizada auditoria de conformidade no macroprocesso “Gestão de Compras, Licitações e Contratos”, conforme previsto no Plano Anual das Atividades de Controle Interno 2021 (PAAI 2021). Como resultado do trabalho, foi elaborado o Relatório de Auditoria Interna nº 00001/2021-9 (Processo TC nº 04713/2021-3), onde foram recomendadas diversas ações objetivando a melhoria dos serviços prestados nesse macroprocesso.



INFORMAÇÕES PARA A SOCIEDADE

Ouvidoria

Um canal que contribui para maior transparência e eficiência na Administração Pública é a Ouvidoria. Prevista no artigo 7º, da Lei Orgânica (Lei Complementar nº 621/2012) e do RITCEES, a Ouvidoria do TCEES foi criada no ano de 2013 com a importante função de promover a coparticipação dos cidadãos no exercício do controle da Administração Pública, constituindo-se como canal de comunicação entre o Tribunal de Contas e a sociedade.

Os canais de comunicação da Ouvidoria estão disponíveis a todos os cidadãos, entidades ou agentes públicos e por meio deles qualquer pessoa pode manifestar a sua opinião sobre os serviços prestados pelo TCEES, buscar informações sobre processos e documentos que tramitam na Corte, noticiar a ocorrência de irregularidades no âmbito da administração pública estadual e municipal, bem como registrar sugestões, elogios ou reclamações.

No 4º trimestre de 2021, a Ouvidoria do TCEES realizou o registro de 335 demandas, sendo 315 demandas típicas (solicitação, notícia de irregularidade, sugestão, reclamação e elogio) e 20 pedidos de acesso à informação.

O canal mais utilizado pela população para o envio de manifestações foi o sistema “Conta pra Gente”, com o recebimento de 231 manifestações, o que correspondeu a 69% do total de manifestações recebidas, como ilustrado no gráfico abaixo:

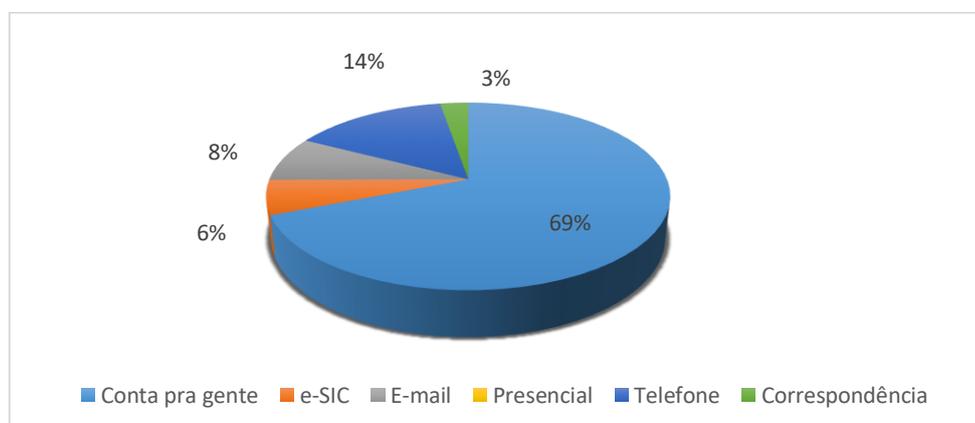


Figura 1 - Canais mais utilizados
Fonte: Ouvidoria



No período, foram recebidas 25 avaliações (15 no sistema “Conta pra Gente”, 02 por e-mail e 08 no sistema e-SIC) sobre o atendimento prestado pela Ouvidoria do TCEES, sendo que em 20 avaliações, o que corresponde a 80%, os usuários avaliaram o atendimento prestado pela Ouvidoria do TCEES com notas 5/Muito Satisfeito (19 avaliações) e 4/Satisfeito (1 avaliação).

É de ressalva ainda que a produtividade em relação ao mesmo período anterior aumentou em 113%, pois foram atendidas 105 manifestações no 4º trimestre de 2020 e 224 manifestações no 4º trimestre de 2021.

Comunicação

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações, visando à transparência de sua atuação. Dispondo do uso de ferramentas, como o Portal TCEES, e redes sociais, como o Facebook, Instagram (que conta com mais de 9.000 seguidores) e Twitter, o TCEES amplia a cada ano a divulgação de informações e serviços pela internet.

Uma importante ação realizada pela equipe de Jornalismo do Tribunal foi um media training com conselheiros, gestores da área técnica e auditores, entre os dias 24 e 25 de novembro. O treinamento, realizado para que os integrantes da Corte possam atuar como porta-vozes da instituição, contou com palestras e dinâmicas individuais, que abordaram as formas de relacionamento do poder público com a imprensa, detalhando todo o processo de entrevista, e passando por dicas de comportamento e técnicas de linguagem.

Além disso, ao longo do trimestre foram produzidos conteúdos para promover ampla divulgação de processos de fiscalização, a exemplo da Auditoria Operacional que avaliou a infraestrutura disponível para ofertar exames de mamografia no Estado e nos municípios. As divulgações contaram com produção de amplo material para o Portal, inclusive com vídeos, e também com a repercussão em entrevistas e reportagens em veículos de TV, rádio, impresso e portais de notícias na internet.



O grande destaque do período foi o lançamento da série de vídeos “Se liga no Painel de Controle”. Com o objetivo de divulgar o produto e facilitar o acesso da sociedade à informações fundamentais sobre a administração pública, a série abordou diversos temas com “tutoriais” que ensinam os usuários a usar a ferramenta da melhor forma, acessando informações, relatórios, comparando dados. Com animações e instruções feitas diretamente na plataforma, a série ensina de maneira rápida e prática, com uma linguagem simples e moderna. Os vídeos produzidos pela Ascom estão disponíveis no YouTube, no Instagram, no Facebook e no Portal do TCEES.

A seguir, no Quadro 2, constam, de forma resumida, as principais ações realizadas pela Ascom no 4º trimestre de 2021:

Principais atividades de comunicação	4º Trimestre de 2021
Jornalismo	
Nº de atendimento de demandas de imprensa	
Nº de entrevistas coletivas	1
Nº de <i>releases/notas/artigos</i> enviados à imprensa	11
Número de notícias publicadas em veículos de imprensa	410
Valoração do espaço conquistado em mídia espontânea	R\$ 1.315.256,25
Nº de notícias inseridas no Portal TCEES	155 notícias
Nº de notícias inseridas na Intranet	75 notícias
Redes sociais	
Nº de postagens em redes sociais	136 postagens
Nº de visualizações em redes sociais	285.818
Nº e vídeos postados (Facebook e Instagram)	27 vídeos
Audiovisual	
Nº de campanhas internas realizadas	3
Nº de peças gráficas (para todas as mídias/publicações)	20
Nº de vídeos publicados na Intranet	10
Nº de episódios de podcasts produzidos	0

Fonte: Ascom



Montante de Multas e Ressarcimentos Recolhidos

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPC) é um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.

Além disto, o MPC é o órgão responsável por monitorar e acompanhar as cobranças relacionadas às punições aplicadas pelo TCEES. No 4º trimestre de 2021, o MPC emitiu 36 termos de verificação de valores pagos no exercício. Do total verificado (R\$ 401.084,83), R\$ 126.550,42 foram em multas recolhidas aos cofres públicos estaduais, conforme determina a legislação, enquanto R\$ 274.534,41 foi devolvido aos cofres públicos em razão de uso indevido de recursos, como detalhado no quadro 3:

Quadro 3 - Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES no 4º trimestre de 2021.

Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCE-ES	4º trimestre de 2021
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais ¹	R\$ 126.550,42
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos ¹	R\$ 274.534,41
Total	R\$ 401.084,83

Fonte: Secretaria do Ministério Público de Contas (SMPC)

Todas as cobranças estão disponíveis no site do MPC para consulta, no Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Cobranças. Nele, é possível conferir os valores devidos por todos os condenados pela Corte de Contas a pagar multa e a ressarcir os cofres públicos, bem como os pagamentos efetuados, se houve parcelamento do débito, se foi quitado ou pago com juros, entre outras informações.

¹ Informações sujeitas a atualizações, de acordo com a comprovação de pagamento encaminhada ao TCEES.



CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

Neste capítulo são apresentados os resultados alcançados no 4º trimestre de 2021 de acordo com a área de gestão, em conformidade com a missão institucional e com os objetivos estratégicos.

Gestão de Pessoas

O TCEES dispõe de uma unidade específica denominada Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) que tem por finalidade assegurar o cumprimento legal, a equidade e zelar pelo bem-estar de seus colaboradores.

No intuito de demonstrar a visão geral dos colaboradores do TCEES, a seguir consta a representação do seu quadro de pessoal:



Figura 2 - Quadro de pessoal do TCEES
Fonte: e-TCEES



Dos 500 colaboradores, 54% são efetivos, 44% comissionados e 2% são conselheiros e conselheiros substitutos do TCEES.

No trimestre, foram realizadas palestras voltadas para a prevenção de doenças e ações motivacionais, bem como acompanhamento de servidores licenciados.

A SGP iniciou um projeto piloto denominado “Aproximação” com uma unidade do TCEES visando estreitar os laços entre a SGP e os servidores do TCEES.

Foi elaborado também novo normativo dispendo sobre os regimes e a jornada de trabalho no âmbito do TCEES, que teve como base uma pesquisa com todos os servidores no período de julho a dezembro de 2021.

Gestão Educacional

O TCEES, visando o aperfeiçoamento das competências e habilidades de seus membros, servidores, estagiários, jurisdicionados e dos cidadãos, realiza cursos de capacitação ofertados gratuitamente pela Escola de Contas Públicas (ECP).

No 4º Trimestre de 2021, 12.347 pessoas foram capacitadas, incluindo servidores e membros do Tribunal e jurisdicionados, totalizando 100.236 horas de capacitação nos cursos promovidos pela ECP em modalidade virtual. No quadro 4 seguem números que demonstram a evolução de cursos e expansão da capacitação pela ECP.

Quadro 4 - Resultados da capacitação

Resultados da Capacitação	4º Trimestre 2021
Eventos	91
Eventos para servidores do TCEES	62
Interno (promovido pelo TCEES)	40
Externo (promovido por outras instituições)	4
Iniciativa do servidor	13
Outros eventos	5
Eventos para jurisdicionados TCEES (Presencial)	-
Eventos para jurisdicionados TCEES (EAD)	29



Pessoas capacitadas	12.347
Servidores e membros do TCEES	192
Jurisdicionados (Presencial)	-
Jurisdicionados (EAD)	12.155
Horas de capacitação	100.236
Servidores e membros do TCEES	2.996
Jurisdicionados (Presencial)	-
Jurisdicionados (EAD)	97.240

Fonte: ECP

Ressalta-se que do orçamento inicial da ECP de R\$1.982.254,51 foram utilizados até o 4º trimestre o valor de R\$ 1.219.770,87.

Gestão Orçamentária e Financeira

O orçamento do TCEES para o exercício de 2021 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 174.706.419,00. O Quadro 5 apresenta a execução orçamentária ocorrida até o trimestre avaliado.

Quadro 5 - Execução orçamentária

Acompanhamento	Dotação Inicial	Dotação atualizada ⁽¹⁾	Empenhado ⁽¹⁾	Liquidado ⁽¹⁾	Pago ⁽¹⁾
Despesas correntes	170.201.146,00	179.811.146,00	134.284.048,45	130.998.882,16	130.758.449,23
Pessoal	141.786.565,00	149.636.565,00	110.699.722,73	110.340.537,49	110.100.104,56
Pessoal - Ativo	112.786.565,00	116.136.565,00	110.699.722,73	110.340.537,49	110.100.104,56
Pessoal - Inativo ⁽²⁾	29.000.000,00	33.500.000,00	-	-	-
Outras despesas (custeio)	28.414.581,00	30.174.581,00	23.584.325,72	20.658.344,67	20.658.344,67
Despesas de capital (investimento)	4.505.273,00	10.135.273,00	7.758.923,03	2.955.487,54	2.955.487,54
Total Geral	174.706.419,00	189.946.419,00	142.042.971,48	133.954.369,70	133.713.936,77

⁽¹⁾ Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.

⁽²⁾ Valores relativos ao repasse do aporte ao RPPS - Fundo Financeiro a partir de janeiro de 2021 passaram a ser realizados de forma extraorçamentária.

Fonte: Secretaria de Finanças e Contabilidade (SFC)



Também podem ser observados graficamente a distribuição percentual do orçamento autorizado e da despesa liquidada, ambos classificados por grupo de natureza da despesa:

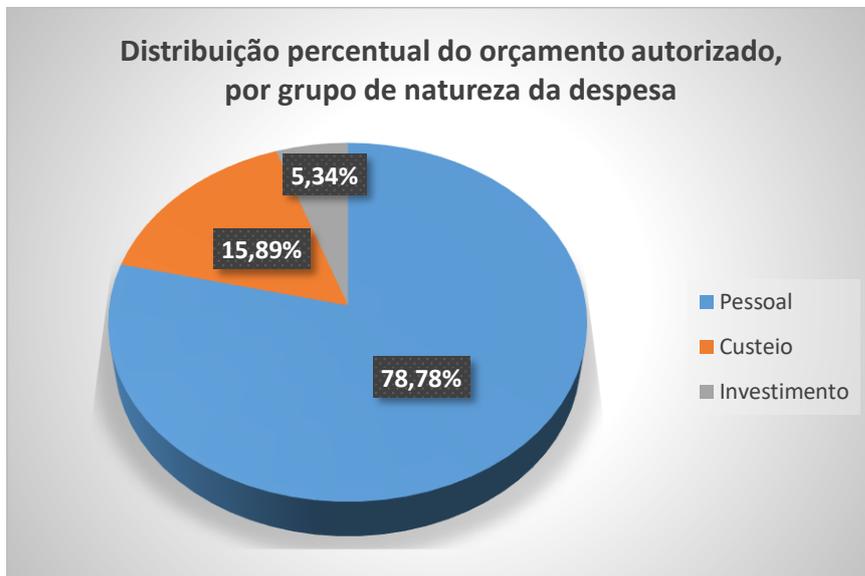


Figura 3 - Distribuição percentual do orçamento autorizado
Fonte: SFC

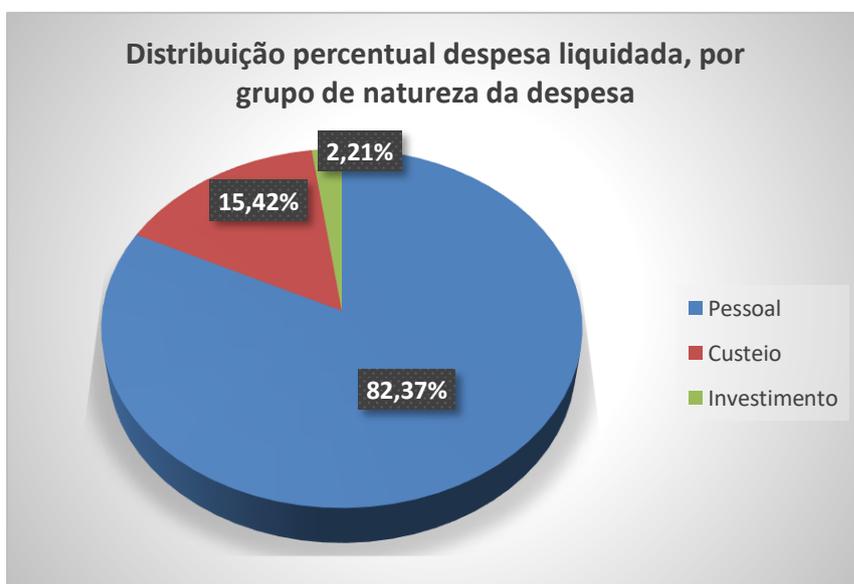


Figura 4 - Distribuição percentual de despesa liquidada
Fonte: SFC



Gestão Documental

O TCEES dispõe de uma gestão documental, realizada pelo Núcleo de Controle de Documentos (NCD), que contribui para o adequado funcionamento da Corte. No quadro 6 constam algumas ações realizadas e quantificadas pela unidade no trimestre:

Quadro 6 - Atividades NCD

Atividades NCD	4º trimestre de 2021
Correspondências expedidas	578
Correspondências recebidas	1.173
Nº de processos arquivados	2.164
Nº de atendimentos online	870
Nº atendimentos presenciais	2.035

Fonte: NCD

Gestão da Tecnologia

O TCEES vislumbrava há alguns anos que a tecnologia funcionaria como instrumento facilitador na realização das suas atividades e, assim, já possuía um relevante histórico de investimentos em tecnologia da informação, o que possibilitou a manutenção do teletrabalho sem que houvesse a paralisação das atividades da Corte. No quadro 6 demonstra-se alguns resultados da área de tecnologia da informação:

Quadro 7 - Dados de Evolução da TI

Evolução da Tecnologia da Informação	4º Trimestre 2021
Estações de trabalho	628
Servidores com acesso aos recursos da rede	574
Número de chamados resolvidos no período	1.416



Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	4
Sistemas em funcionamento	71
Desenvolvidos pela STI	59
Adquiridos de terceiros	12

Fonte: SGTI

Dentre os sistemas que estão em funcionamento, destacam-se os que dão suporte ao controle externo, conforme dispostos no quadro a seguir:

Quadro 8 - Sistemas de Suporte ao Controle Externo

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Acompanhamento de Execuções (Cobranças)	Módulo do e-TCEES que visa apoiar a SMPC na gestão de multas e ressarcimentos relativos a jurisdicionados, decorrentes de processos julgados no TCEES.
Ambiente de Validação do Sistema de Contratação	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados testarem o envio, por meio da internet, dos dados referentes a contratações públicas.
Avaliação de Tarefas	Módulo do e-TCEES que permite que algumas peças produzidas, nos processos de controle externo, sejam avaliadas pelos gestores das áreas técnicas. A avaliação abrange diversos aspectos, tais como concisão, objetividade e cumprimento de prazo.
Banco de Achados	Plataforma para publicação, revisão e atualização de achados de auditoria.
Geo-Obras	Serviço utilizado para acompanhamento de obras e serviços de engenharia realizados pelos jurisdicionados com recursos públicos. Esse serviço possibilita a consulta dos investimentos realizados pelo Governo nas mais diversas regiões do Estado. Por meio da combinação das opções de filtro disponíveis, o cidadão consegue obter informações gerais ou específicas sobre as obras.
Gestão das Sessões Plenárias	Módulo do e-TCEES que permite a gestão de informações das sessões plenárias e das câmaras do Tribunal, incluindo pautas, deliberações, dentre outros.
Gestão de Enquetes	Serviço que possibilita criação, edição e manutenção de enquetes eletrônicas.
Gestão de Procuradoria de Processos	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento dos procuradores do MPC associados aos processos, por meio de cadastro de sorteio automático e demais eventos de alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.
Gestão de Relatoria de Processos	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento das relatorias de processos, através da funcionalidade de sorteio



	de relatoria e cadastros de eventos de alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.
LRFWeb	Serviço para recebimento dos dados relativos à gestão fiscal dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, com vistas ao controle instituído pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).
Monitoramento de Deliberações	Módulo do e-TCEES que permite o monitoramento de deliberações de processos e acesso às providências cadastradas.
PACE - Plano Anual de Controle Externo	Módulo do e-TCEES que oferece apoio ao planejamento e criação do Plano Anual de Controle Externo (PACE).
Painéis de Gestão	Módulo do e-TCEES que disponibiliza diversos painéis de gestão com indicadores visuais. Estão disponíveis os seguintes painéis de gestão: Visão geral de processos; Prazos de julgamento de processos de controle externo; Prazos de tarefas; Prazos no setor; Processos prioritários de acordo com a Resolução 300/2016; Execução orçamentária; Gestão do Orçamento; Visão geral de processos administrativos; Recursos Humanos; Fiscalizações; Deliberações; etc. Gradativamente estão sendo desenvolvidos novos painéis de gestão.
Painel de Acompanhamento do MMD	Painel do e-TCEES que exibe a avaliação do TCE-ES frente ao Marco de Medição de Desempenho (MMD), definidos pela ATRICON. Estão disponíveis as seguintes informações: Gráfico sintético: compara-se a avaliação realizada pela ATRICON em 2019, a média nacional e a atual avaliação realizada pela ASGOV; Quadro Analítico: exibem-se as notas obtidas em cada marco de medição.
Prestação de Contas Anual	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Anual (PCA).
Prestação de Contas Mensal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Mensal (PCM).
Processo Eletrônico	Módulo do e-TCEES que permite a gestão dos processos eletrônicos de controle externo e administrativos, abrangendo sua autuação, tramitação, gestão de documentos e arquivamento.
Protocolo Eletrônico	Módulo do e-TCEES que permite aos servidores do TCEES o gerenciamento de protocolo eletrônico, incluindo sua criação, movimentação e outras ações.
Sistema de Atos de Pessoal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos responsáveis pelas Unidades Gestoras (UGs), que realizam concurso público para provimento de pessoal, remeter digitalmente ao TCEES informações relativas à admissão de pessoal para cargos e empregos públicos.
Sistema de Benefícios	Módulo do e-TCEES que permite o cadastro e gestão dos benefícios advindos das ações de controle externo tomadas pelo TCEES.
Sistema de Estrutura de Pessoal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes aos cargos, empregos e funções públicas, ou



	outros tipos de vínculos com a administração pública capixaba.
Sistema de Fiscalização	Módulo do e-TCEES que oferece apoio às atividades de fiscalização realizadas pelos auditores do Tribunal.
Sistema de Folha de Pagamento	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Folha de Pagamento.
Sistema de Levantamento de Educação	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos responsáveis pelas Unidades Gestoras (UGs) remeter digitalmente ao TCEES informações relativas ao ensino público municipal.
Sistema Informatizado de Suporte à Auditoria (Sisaud)	Serviço anteriormente utilizado para recebimento dos dados referentes à abertura do exercício, às prestações de contas bimestrais e informações adicionais dos jurisdicionados municipais do TCEES. O sistema recebeu dados relativos aos exercícios de 2002 a 2012. Atualmente é utilizado apenas para consulta.

Fonte: SGTI



AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

As ações de controle externo realizadas, anualmente, pelo TCEES estão discriminadas no Plano Anual de Controle Externo (PACE), que é um instrumento de planejamento elaborado pela Secretaria Geral de Controle Externo (Segex) e aprovado em Plenário.

No 4º trimestre de 2021, foram realizadas análise e instrução de processos de consultas, recursos e os referentes às prestações de contas anual (contas de governo e gestão) e, ainda, de processos relacionados a atos concessórios e de admissão de pessoal enviados ao Tribunal pelas unidades gestoras jurisdicionadas.

Ressalta-se ainda que, mensalmente, são elaborados boletins da macrogestão governamental com o objetivo de destacar os principais resultados da gestão dos recursos públicos do Estado e dos municípios, de modo a permitir, por meio de variáveis de controle e de análises sistêmicas sobre aspectos relevantes, o acompanhamento tempestivo, bem como a tomada de ações preventivas pelos gestores públicos. O Tribunal disponibiliza este instrumento informativo de cunho gerencial por meio do link:

<https://paineldecontrole.tcees.tc.br/boletinsInformativos/2021/boletimMensal>

Além disto, várias outras ações de controle externo foram iniciadas ou até mesmo completamente executadas no período. Dentre elas, destacam-se as relacionadas às seguintes temáticas:

Saúde

Na área de saúde foi elaborado o 5º Relatório de Acompanhamento da imunização contra a Covid-19 no Espírito Santo, fiscalização em curso no TCEES desde janeiro de 2021.

A atuação preventiva do TCEES possui o objetivo de evitar que a falta de planejamento necessário, possíveis deficiências na operacionalização, armazenamento e guarda dos imunobiológicos possam provocar perdas



desnecessárias, desvios e falta de controle na execução da vacinação, o que poderia comprometer a efetividade do programa.

Após a visita às salas de vacinação dos 78 municípios do Estado, foram identificados que 24 municípios utilizavam geladeiras domésticas para o armazenamento das vacinas.

No trimestre avaliado, a equipe de auditoria realizou o monitoramento destes 24 municípios visando identificar quais ainda não cumpriram a decisão que determinou a adequação da rede de frios para armazenamento das vacinas.

Por meio deste processo, o TCEES contribuiu para a melhora na segurança do armazenamento não só das vacinas referentes à COVID-19, como também de todas as demais vacinas no Estado do Espírito Santo.

Foi realizado também o acompanhamento da atuação municipal no combate às aglomerações. O processo de acompanhamento contribui para o fortalecimento da governança da política pública que trata de ações referentes ao exercício de poder de polícia administrativa das prefeituras, tendo em vista a gravíssima crise sanitária que o mundo inteiro enfrenta desde março de 2020 e, desse modo, contribui para minimizar óbitos, casos graves e lotação nas UTI Covid.

Foi concluído o relatório da Auditoria Operacional que objetivou avaliar se o quantitativo de equipamentos, insumos e profissionais disponíveis para realizar as mamografias estavam adequados ao atendimento da população e quais os principais aspectos que impedem ou retardam a realização dos exames de detecção precoce do câncer de mama. Dentre os benefícios desta fiscalização encontram-se a detecção precoce da doença, o grau de satisfação da usuária, a melhoria na comunicação e o tratamento tempestivo.

Foi realizado o monitoramento de 8 processos de Auditoria Operacional realizada na Atenção Básica. Trata-se de monitoramentos com o objetivo de verificar o atendimento de determinações proferidas pelo Plenário do TCEES no âmbito da Auditoria Operacional da Atenção Básica, conforme acordo de cooperação técnica celebrado, em março de 2014, entre o Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunais de Contas Estaduais, Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil



(ATRICON) e Instituto Rui Barbosa (IRB), com a coordenação do TCU. O relatório foi concluído com proposta de encaminhamento de aplicação de multa para dois municípios por descumprimento da decisão. Com o cumprimento das determinações, o principal benefício é contribuir para o fomento de uma Atenção Primária à Saúde (Atenção Básica) mais estruturada, qualificada e resolutiva.

Educação

Neste 4º trimestre foi elaborado o Relatório de Finalização do Ciclo de Acompanhamento, tendo por foco os principais elementos a serem observados para a volta às aulas em 2022.

Além disso, o TCEES participou do desenvolvimento do Índice de Permanência Escolar durante a paralisação das atividades presenciais em função da pandemia. O trabalho foi realizado em parceria com o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) e, após realizada a fase de coleta de dados e a análise, foi elaborado o Relatório de Levantamento.

Foram realizadas reuniões com especialistas para identificação dos principais problemas, e possíveis soluções, na área da educação, com vistas à elaboração de matriz de risco para instruir futuras ações de controle.

Foi realizada a fiscalização da educação básica nos 78 municípios do Estado com o objetivo de avaliar a governança da política pública estadual de educação do ponto de vista da redução da desigualdade de aprendizagem no ES.

Fiscalização de Contratos

Foi realizada uma inspeção no Governo do Estado do Espírito Santo, a fim de suprir omissões e apurar a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão da Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico, outrora Secretaria do Estado de Desenvolvimento-SEDES, pertinentes ao acompanhamento dos Contratos de Competitividade



(COMPETE), em atendimento ao Acórdão-Plenário TC 1035/2016. A Instrução inicial do processo foi concluída e está em fase de citação / notificação.

Pessoal

O TCEES desenvolveu uma uma ação conjunta com o TCU visando o acompanhamento e identificação de irregularidades nas folhas de pagamento.

Foi realizada uma fiscalização do cumprimento das medidas restritivas previstas no art. 22, parágrafo único da LC 101/2000, em virtude do descumprimento do limite prudencial da despesa total com pessoal ao final do exercício de 2020. Foi acompanhado o efetivo cumprimento das restrições impostas pela LRF aos Órgãos e Poderes com percentual da DTP acima do limite prudencial com a finalidade de subsidiar a apreciação e o julgamento das contas anuais prestadas pelo chefe do Poder Executivo Municipal de 2021 neste ponto de controle previsto na Resolução 297/2016. Ao todo, 14 processos de acompanhamento estão em fase de execução.

Houve também, relativo ao exercício de 2021, a instrução de representações oriundas do Ministério Público de Contas, relacionadas ao descumprimento do art. 8º da Lei Complementar 173/2020.

Outra ação importante, refere-se à recepção mensal de dados de folha de pagamento dos jurisdicionados do Tribunal, com vistas a permitir a criação de um banco de informações para consultas diversas e ações de fiscalização na temática pessoal.

O TCEES elaborou um estudo sobre o nível das prefeituras capixabas enquanto agente empregador de mão de obra na economia local, correlacionado a sua posição na formação do PIB local.

Meio Ambiente e Saneamento

Foi realizada uma fiscalização na modalidade auditoria de conformidade com enfoque no estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA) e atendimento à legislação relativa a acessibilidade, na intervenção no Trevo de Carapina. Constatou-



se que a obra do trevo de Carapina foi contratada sem a realização do EVTEA e que alguns critérios da legislação de acessibilidade não foram observados no projeto. A partir da auditoria foi possível propor determinação para que a Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura (SEMOBI) realize as novas intervenções de mobilidade embasadas no EVTEA, como forma de melhoria do gasto público e alcance da resolução da situação problema que motivou a intervenção. A auditoria também contribuiu para alterações no projeto, em conformidade com os parâmetros estabelecidos nas normas técnicas de acessibilidade, possibilitando a realização de uma obra que contemple a premissa do desenho universal, garantindo acesso seguro, autônomo e confortável para todas as pessoas, inclusive àquelas com deficiência e mobilidade reduzida. Além dos benefícios citados, a auditoria contribuiu para o alcance das metas do ODS 11 “Cidades e Comunidades Sustentáveis”.

Neste trimestre, a equipe do Núcleo de Controle Externo e Meio Ambiente, Saneamento e Mobilidade Urbana realizou duas palestras no Webinário sobre Sustentabilidade econômico-financeira do serviço de resíduos sólidos. A participação do núcleo foi em atendimento à uma demanda da Amunes. Além disso, os servidores participaram de uma capacitação, entre os meses de outubro e novembro, sobre os impactos e desafios que as alterações promovidas pela Lei 14.026/2020, na Lei 11.445/2007, exercem sobre a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana.

Obras Públicas

No 4º trimestre, foram realizados acompanhamentos das principais obras paralisadas, das principais obras de edificações escolares em andamento e dos principais procedimentos licitatórios do Estado e dos municípios vinculados à área de engenharia.

Precatórios do Estado

No período, houve o acompanhamento dos precatórios do Estado. O acompanhamento visa verificar a conformidade da gestão e dos procedimentos



operacionais realizados para o depósito e o pagamento dos precatórios do Estado, bem como a adequação e a suficiência dos controles internos adotados para mitigar os riscos associados ao tema.

Parcerias interinstitucionais

Foi realizada a adesão ao Acordo de Cooperação com o Tribunal de Contas da União (TCU) para realização de fiscalizações conjuntas em políticas públicas multinível. O Projeto Integrar encontra-se em fase de reuniões prévias para definição da fiscalização conjunta a ser elaborada em 2022.

No trimestre, foi realizada uma ação em parceria com a Controladoria Geral da União (CGU) – ES referente identificação de pagamentos indevidos no programa do auxílio emergencial realizado pela União. Foi encaminhada nota técnica em conjunto com a CGU detalhando as irregularidades identificadas. As ações de restituição do auxílio emergencial referentes a 2020 e 2021 foram responsáveis pela restituição de cerca de 2,5 milhões de reais pagos indevidamente.

Além disso, o TCEES apresentou trabalho no 7º Seminário Internacional de Administração de Dados em evento organizado conjuntamente pelo TCU, Controladoria Geral da União e Escola Nacional de Administração Pública. Foi compartilhado o uso da técnica de clusterização para identificação de similaridade em produtos adquiridos pela administração pública, visando a detecção de anomalias para subsidiar a atuação dos órgãos de controle.



ATOS DO PLENÁRIO E DAS CÂMARAS

O Plenário é constituído por sete conselheiros, dirigido pelo conselheiro presidente, que se reúnem em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de decisões, emendas, instruções normativas, resoluções, acórdãos, pareceres prévios e consultas.

Abaixo, demonstra-se o quantitativo, por classificação, dos atos deliberados pelo Plenário no 4º trimestre de 2021:

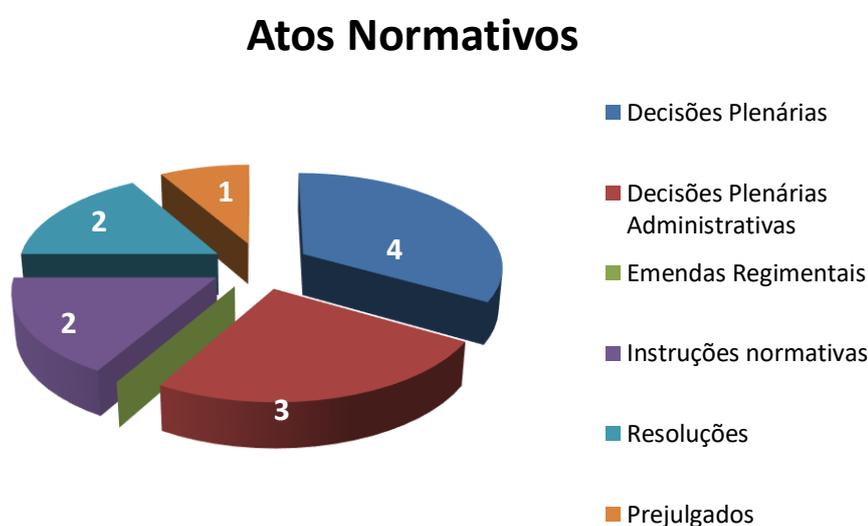


Figura 5 - Atos Normativos
Fonte: Adaptado de SGS

O Plenário, juntamente com as Câmaras, que são compostas, cada uma delas, por três conselheiros e dois conselheiros substitutos, produziram, em conjunto, o quantitativo de apreciações e julgamentos a seguir representado graficamente²:

² Estão incluídos nas decisões os processos que foram julgados em bloco/lista, conforme artigos 101, § 6º e 277 do RITCEES c/c artigo 8º, § 2º, inciso III da Resolução 300/2016.



Apreciações e Julgamentos

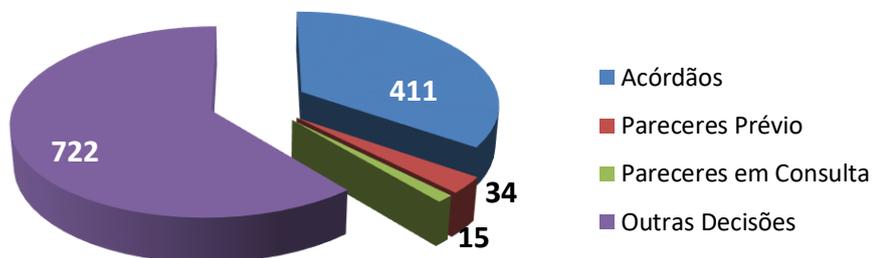


Figura 6 - Apreciações e Julgamentos
Fonte: Adaptado de SGS

Para o alcance do quantitativo de apreciações e julgamentos apresentados, foram realizadas por este Tribunal, somadas as sessões realizadas pelo Plenário, 1º e 2º Câmaras e Conselho Administrativo, o total de 42 sessões no 4º trimestre de 2021.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O 4º trimestre de 2021 continuou desafiador em decorrência da situação da pandemia. Contudo, a Corte Capixaba manteve a atuação tempestiva nas ações de controle externo, demonstrando o compromisso deste Tribunal em atuar efetivamente como órgão fiscalizador e orientador, em cumprimento de sua missão institucional. Dentre as diversas ações que se destacaram no 4º trimestre de 2021 apontam-se, em resumo, as seguintes:

- ✓ A produtividade da Ouvidoria, em relação ao mesmo período anterior, aumentou em 113%, pois foram atendidas 105 manifestações no 4º trimestre de 2020 e 224 manifestações no 4º trimestre de 2021. Em 80% das avaliações do serviço da Ouvidoria, os usuários avaliaram o atendimento prestado com notas 5 (muito satisfeito) e 4 (satisfeito).
- ✓ Realização de media training com conselheiros, gestores da área técnica e auditores. O treinamento teve como objetivo preparar os integrantes da Corte para que possam atuar como porta-vozes da instituição.
- ✓ Foram capacitadas 12.347 pessoas, incluindo servidores e membros do Tribunal e jurisdicionados, totalizando 100.236 horas de capacitação nos cursos promovidos pela ECP em modalidade virtual.
- ✓ Elaboração mensal dos boletins da macrogestão governamental, com o objetivo de destacar os principais resultados da gestão dos recursos públicos do Estado e dos municípios, de modo a permitir o acompanhamento tempestivo, bem como a tomada de ações preventivas pelos gestores públicos.
- ✓ Monitoramento de 8 processos de Auditoria Operacional realizada na Atenção Básica. O relatório foi concluído com proposta de encaminhamento de aplicação de multa para dois municípios por descumprimento da decisão. Com o cumprimento das determinações, o principal benefício é a contribuição para fomentar uma Atenção Primária à Saúde (Atenção Básica) mais estruturada, qualificada e resolutiva.



- ✓ Desenvolvimento em parceria com o IRB e o Iede do Índice de Permanência Escolar durante a paralisação das atividades presenciais em função da pandemia.
- ✓ Fiscalização da educação básica nos 78 municípios do Estado com o objetivo de avaliar a governança da política pública estadual de educação do ponto de vista da redução da desigualdade de aprendizagem no ES.
- ✓ Desenvolvimento de ação conjunta com o TCU visando o acompanhamento e identificação de irregularidades nas folhas de pagamento.
- ✓ Ação em parceria com a Controladoria Geral da União (CGU) – ES referente identificação de pagamentos indevidos no programa do auxílio emergencial realizado pela União. As ações de restituição do auxílio emergencial referentes a 2020 e 2021 foram responsáveis pela restituição de cerca de 2,5 milhões de reais pagos indevidamente.

Desta forma, em cumprimento da sua função fiscalizadora e orientadora, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo atuou tempestivamente em diversas temáticas, além de ter executado outras importantes iniciativas, alcançando resultados positivos ao longo do período observado.

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun
Presidente do TCEES



ANEXO ÚNICO

Organograma Institucional

